



Ata da 9ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 2º Período da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura, realizada no dia 01 de setembro de 2020.

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, **sob a Presidência do Vereador Alexon Soares Cipriano**, realizou-se, de forma virtual, nas dependências do próprio Poder Legislativo, com início às quatorze horas e doze minutos, a Nona Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Segundo Período da Quarta Sessão Legislativa da Oitava Legislatura. Conforme o registro de chamada, foi constatada a ausência do Vereador Dario Silveira Filho. / A seguir, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857 e 1858/2020 – Alexandre Bastos Rodrigues; 1838/2020 – Alexandre Valdo Maitan; 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1928 e 1929/2020 – Alexon Soares Cipriano; 1930/2020 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 1836, 1837, 1839, 1840, 1841 e 1842/2020 – Dario Silveira Filho; 1834/2020 – Delandi Pereira Macedo; 1846, 1847 e 1927/2020 – Edison Valentim Fassarella; 1844, 1845, 1859, 1860, 1861 e 1862/2020 – Elio Carlos Silva de Miranda; 1863, 1864, 1865, 1866, 1867 e 1931/2020 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento; 1835/2020 – Rodrigo Sandi; 1843/2020 – Sílvio Coelho Neto; 1848 e 1849/2020 – Wallace Marvila Fernandes. **Requerimentos:** *Pedidos de Informação:* 111, 112, 113, 118 e 119/2020 – Alexon Soares Cipriano; 114, 115, 116, 117 e 120/2020 – Higner Mansur; 110/2020 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento; *Votos de Congratulação:* 194/2020 – Alexandre Valdo Maitan; 196/2020 – Alexon Soares Cipriano; 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192 e 193/2020 – Delandi Pereira Macedo; 195 e 197/2020 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento; *Votos de Pesar:* 38 e 39/2020 – Delandi Pereira Macedo. **Projetos de Lei:** 52/2020 – Antônio Geraldo de Almeida Costa; 50 e 51/2020 – Poder Executivo. **Projetos de Decreto Legislativo:** 218, 219, 220 e 229/2020 – Alexandre Bastos Rodrigues; 217, 221 e 225/2020 – Brás Zagotto; 213, 214, 215 e 216/2020 – Delandi Pereira Macedo; 230, 231 e 232/2020 – Diogo Pereira Lube; 226/2020 – Elio Carlos Silva de Miranda; 222 e 223/2020 – Paulo Sérgio de Almeida; 212/2020 – Rodrigo Sandi; 224/2020 – Wallace Marvila Fernandes. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Registra que, hoje, a Câmara está lançando o acesso e a tramitação on-line de todos os processos do setor administrativo, inclusive diz que os servidores já participaram de treinamento. Passa a palavra ao Rodrigo Machado, consultor da Empresa Ágape, para que faça uma apresentação do Programa Administrativo Digital. / **Rodrigo Machado:** — Informa que está sendo fechado o último ciclo do Processo Eletrônico na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com a implantação do Módulo Administrativo Digital. Lembra que, há três meses, no dia 01/06, foi iniciado o Módulo Legislativo, que já tem dois mil cento e oito processos eletrônicos tramitados e em tramitação, rodados sem papel, contribuindo com o meio ambiente e também reduzindo os custos para a Casa. Registra que o Módulo Administrativo Digital ofertará processos eletrônicos para os servidores da Câmara e alguns serviços para os cidadãos, sem a utilização de papel. Segue exibindo um vídeo demonstrativo e explicando como funciona o



Módulo Administrativo Digital. Coloca-se à disposição para responder aos questionamentos dos vereadores. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Lembra que a Mesa Diretora assumiu o compromisso de sempre disponibilizar o que há de melhor e mais moderno para a tramitação dos processos na Câmara Municipal. Frisa que, quando disponibilizou o seu nome para a disputa da presidência da Câmara, tinha conhecimento da responsabilidade que o cargo exigiria. Passa a palavra aos vereadores para que façam comentários ou perguntas, caso queiram, a respeito desse novo serviço que a Casa está disponibilizando para os servidores do Poder Legislativo e também para a sociedade cachoeirense. / **Alexandre Bastos Rodrigues:** — Parabeniza o presidente e a Mesa Diretora pela implantação dessa nova ferramenta tecnológica para os cidadãos e os servidores da Câmara. Cumprimenta também o Rodrigo pela atenção que dispensa a todos os vereadores. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Faz suas as palavras do Vereador Alexandre Bastos. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Parabeniza a Mesa Diretora e diz que essa é mais uma ferramenta para agregar valores à Câmara Municipal. / **Antônio Geraldo de Almeida Costa:** — Cumprimenta a Mesa Diretora, o Presidente Alexon e os profissionais da Câmara pelo trabalho de excelência que tem sido feito no Legislativo Municipal. Agradece a Mesa Diretora pelo respeito que tem para com todos os vereadores. Avalia que a população de Cachoeiro vai receber um melhor atendimento com a disponibilização dessa tecnologia de ponta na Câmara. Parabeniza o Rodrigo por saber lidar com as pessoas. / **Brás Zagotto:** — Corroborar com as palavras do Vereador Antônio Geraldo. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Diz que o Vereador Dario não se faz presente por motivo de saúde da filha dele. / **Delandi Pereira Macedo:** — Parabeniza o Presidente Alexon pela condução da Casa e a equipe da Empresa Ágape pelo excelente trabalho e destaca o grande avanço nos serviços prestados pela Câmara Municipal. / **Diogo Pereira Lube:** — Faz suas as palavras dos colegas vereadores e ressalta a proatividade da Mesa Diretora e do Presidente Alexon. Diz que o trabalho de inovação, de otimização e de economia de recursos feito pelos membros da Câmara, juntamente com a Empresa Ágape, será um marco e ficará para a posteridade. / **Edison Valentim Fassarella:** — Também confirma as palavras dos colegas vereadores. Parabeniza a Mesa Diretora pelo compromisso com a inovação e a modernização da Câmara. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Frisa que o investimento nesse novo modelo, mesmo sendo alto, é muito importante, porque trará benefícios para a Câmara. Registra o carinho e o empenho do Rodrigo Machado e da equipe da Empresa Ágape para ajudar os vereadores e os servidores a entenderem o novo processo. Parabeniza a todos os envolvidos nessa modernização e diz que está sendo escrita uma parte importante da história da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. / **Ely Escarpini:** — Parabeniza o Presidente Alexon, que tem conduzido a Câmara com maestria e competência, inclusive diz que elogia a postura do colega por onde passa e que se sente honrado de fazer parte da Mesa Diretora. Cumprimenta o Rodrigo e a Empresa Ágape pelo trabalho de modernização da Câmara. Lembra que, há trinta anos, trabalhava em uma empresa que foi informatizada, mas os funcionários, com medo da novidade, pediram para que o serviço voltasse a ser como antes. Conta que, passada uma semana, ele e os outros funcionários aprenderam a trabalhar com o novo sistema e não queriam mais o serviço mecanizado. Analisa que a modernização dos serviços no Legislativo vai beneficiar os servidores da Câmara e a sociedade em geral. / **Higner Mansur:** — Parabeniza o Presidente Alexon e a Mesa Diretora pelo bom trabalho que têm feito à frente da Câmara. Diz-se honrado em fazer parte de uma Casa sob a direção da atual Mesa Diretora. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Concorde com as palavras dos demais vereadores. Parabeniza o Presidente Alexon e a Mesa Diretora pelo trabalho que fazem à frente da Câmara, o qual tem trazido orgulho para os vereadores. Agradece à Empresa Ágape pelo trabalho de modernização da Câmara. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Menciona que é um ato de coragem implantar na Câmara

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



um sistema novo, com relação ao qual pode haver resistência, mas que trará qualidade, transparência e eficiência ao serviço prestado. Afirma que a atual legislatura fez uma grande mudança no Legislativo Municipal, com o pagamento de dívidas que se arrastavam há muito tempo e a implantação do Programa Câmara Sem Papel. Frisa que tudo que a Câmara está fazendo de correto, bom, justo, virtuoso e com responsabilidade vai ficar marcado no coração do povo cachoeirense. Lamenta que outros Poderes não acompanhem a Câmara quanto à possibilidade de inovar. Parabeniza o Presidente Alexon, a Mesa Diretora e a toda a equipe da Ágape pelo trabalho que estão fazendo na Câmara. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Parabeniza o Presidente Alexon, a Mesa Diretora e toda a equipe que conduz a Câmara Municipal. Fala sobre a competência do presidente na gestão da Câmara e elogia o colega pela renovação, pela transparência e pelo trabalho desenvolvido na Casa, o qual vai beneficiar a população cachoeirense. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Agradece o apoio que todos os colegas vereadores têm dado na condução da Câmara e aos técnicos da Empresa Ágape, em especial ao Rodrigo, que trabalha para otimizar e disponibilizar essa nova ferramenta, através de treinamentos e respondendo aos questionamentos dos servidores da Casa. Dirigindo-se ao Rodrigo Machado, diz que é uma honra contar com o trabalho dele na Câmara. Salienta a importância de tornar o poder público mais transparente e próximo dos cidadãos por meio do serviço digital eletrônico. Registra o carinho e o respeito que a Câmara tem para com o Rodrigo e os técnicos da Empresa Ágape. / **Rodrigo Machado:** — Agradece ao presidente e aos vereadores e coloca-se à disposição de todos para desenvolver esse novo Módulo Administrativo Digital. / **Antônio Geraldo de Almeida Costa, levantando questão de ordem:** — Registra que vai fazer a entrega de uma homenagem e solicita ao presidente que, com a concordância dos vereadores, seja o primeiro orador do Pequeno Expediente. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Informa que o Vereador Higner vai ser o primeiro a usar a palavra no Pequeno Expediente. / **Higner Mansur:** — Diz que abre mão de ser o primeiro a falar. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Acata o pedido do Vereador Antônio Geraldo. Registra que, depois, o Vereador Higner, devido à idade, vai usar os tempos do Pequeno e do Grande Expedientes. / Logo após, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usaram da palavra os seguintes Vereadores: / **Antônio Geraldo de Almeida Costa:** — Diz que vai prestar uma homenagem ao Marcelo Ribeiro que está acompanhado da esposa Solange, que são seus irmãos da Igreja IEJES, da qual estão à frente os Pastores Francisco, Rita, Ronaldo e Ângela. Concede ao Marcelo Ribeiro a Comenda Leopoldino Fonseca – Dino Fonseca, destinada a pessoas que trabalham com empenho e dedicação como vigilantes no âmbito do Município. / **Marcelo Inocêncio Ribeiro:** — Agradece ao Vereador Antônio Geraldo pela homenagem e à esposa Solange que sempre o ajudou muito. / **Antônio Geraldo de Almeida Costa:** — Agradece ao Vereador Higner por ter aberto mão de ser o primeiro orador. / **Higner Mansur (5 minutos do Pequeno Expediente e 10 minutos do Grande Expediente):** — Agradece à Mesa Diretora que lhe concedeu o Título Honorífico Heródoto, que foi um grande historiador. Registra que, por conta do Coronavírus, tem frequentado pouco a Câmara, mas que acompanha, de casa, as sessões semanais e tem feito requerimentos ao Executivo. Informa que fez pedidos de informação a respeito de concurso público e do IPACI. Diz achar muito estranho que a administração queira suspender o pagamento da parte que cabe ao Município ao IPACI. Avisa a todos os servidores públicos municipais que, se isso acontecer, poderá liquidar a aposentadoria deles. Destaca que os imóveis repassados pela Prefeitura ao IPACI não rendem nada. Analisa que muita coisa ocorre devido ao silêncio do servidor público. Explica que apenas o servidor concursado contribui com o IPACI e há muito tempo não é feito um concurso público em Cachoeiro. Inclusive diz que os contratados, entre eles os professores, não têm carreira e acabam se aposentando com um salário miserável.



Segue mencionando que Cachoeiro não tem ferrovia, mas, se a administração municipal olhasse para o futuro, a cidade poderia novamente contar com esse tipo de transporte. Registra que o petróleo vai acabar e a ferrovia vai voltar a ser o ponto forte do transporte nacional. Diz achar que a administração de Cachoeiro não sabe que havia ferrovia no Município. Saliencia que respeita a pessoa do prefeito de Cachoeiro, mas não o seu lado administrador. Chama a atenção do futuro prefeito ou prefeita para que fique atento ao que está sendo estudado sobre as ferrovias no Brasil e no Espírito Santo e que esse tipo de transporte pode ajudar as pedreiras, serrarias e marmorarias do Município. Ressalta que o Paulo Henrique Thiengo, que é um preservador da memória ferroviária de Cachoeiro, foi jogado no lixo literalmente pelas últimas administrações do Município. Conta que, em agosto de 2020, completou quatro anos que o Paulo abandonou as redes sociais, o que ocorreu devido ao trauma que sofreu ao ouvir da secretária de Cultura do governo de Casteglione o seguinte: “A sua defesa das ferrovias é uma mera utopia.” Recorda que o choque foi tão grande que o Paulo abandonou também os seus equipamentos de foto, de vídeo e os seus imensos arquivos fotográfico e de documentos. Destaca que os principais tesouros de Paulo Thiengo eram os cadernos do Correio do Sul, que foram entregues ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, e o arquivo sobre as ferrovias, que está sendo distribuído a pesquisadores do Rio de Janeiro. Prossegue dizendo que entregou à Vereadora Renata uma planta medicinal chamada Moringa Oleifera e que quem lhe forneceu essa muda foi o José Arnaldo de Alencar. Menciona que, no final de semana, viu uma filmagem feita pelo José Carlos Dourado, mostrando as belezas da Serra do Caramba. Relata que, em Cachoeiro, há lugares muito bonitos, como Burarama e São Vicente, entre outros, que podem ser explorados, através do turismo. Lamenta que a atual administração não promova o turismo nesses locais que possuem belas paisagens naturais. Segue contando que um cidadão, referindo-se a ele, Higner, disse o seguinte na rede social: “Mas esse vereador não aparece.” Registra que, a princípio, ficou chateado, mas, depois, analisou que a frase foi escrita de boa-fé e deixou a seguinte mensagem para essa pessoa: “Não sou vereador de aparecer, e sim de fiscalizar, e quem quiser saber o que eu faço basta olhar as atas da Câmara para ler os meus discursos e ver os meus votos.” Diante disso, salienta que o Professor Maicon Grilo, que é pré-candidato a vereador, fez a defesa dele, Higner, na rede social. Ressalta que o Maicon poderia ter ficado calado quanto essa situação, já que são concorrentes, mas não agiu dessa forma. Frisa que tem grande respeito pelos vereadores, não importando se são da direita, da esquerda ou do centro. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Informa que enviou votos de congratulação ao Sr. João Machado Gomes, conhecido como Joãozinho, da SEMSUR, pela dedicação e pelos relevantes serviços prestados à população de Cachoeiro. Comenta que, na semana passada, o líder do prefeito disse que o Joãozinho não teria feito um serviço a contento no Bairro Rubem Braga. Conta que, há algum tempo, a Secretaria de Interior fez uma “cagada”, pois patrolou as estradas da Tijuca e de Retiro, mas não fez o serviço em Grota Fria, que fica entre essas duas comunidades. Diz que conversou sobre essa situação com o Joãozinho, que se comprometeu a solucionar o problema. Então, registra que o subsecretário marcou de levar uma equipe da secretaria até Grota Fria, às 9:00 horas, em 29/06, Dia de São Pedro, feriado no Município. Deixa claro para o prefeito que isso ocorreu há muito tempo, quando ele, Maitan, ainda tinha um relacionamento amigável com a atual administração e, portanto, não é preciso prejudicar esse rapaz. Segue relatando que, no dia 29/06, às 9:00 horas, a equipe da SEMSUR não apareceu em Grota Fria, e um morador da localidade lhe telefonou para contar o que estava acontecendo. Menciona que entrou em contato com o subsecretário, que lhe informou que uma das máquinas que estavam indo para Grota Fria havia quebrado em frente à Empresa Ultramar. Então, diz que foi verificar, porque achou que era mentira, mas viu que a máquina realmente havia quebrado, inclusive conta que o Joãozinho estava no local e levou pão

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



com presunto e refrigerante para os servidores, o que não era obrigação do subsecretário. Salienta que o Joãozinho lhe disse que ia dar um jeito de consertar aquela máquina e que o serviço seria feito em Grota Fria, o que realmente ocorreu. Lembra que disse ao subsecretário que iria contar esse fato na Câmara, mas ele lhe pediu para não falar, já que teriam que ser mencionados os nomes dos outros servidores envolvidos na realização daquele serviço, e não apenas o dele. Enfatiza que o Subsecretário Joãozinho ocupa um cargo em comissão e faz coisas além das suas atribuições para ajudar a administração. Comenta ainda que o Joãozinho é cordial até na forma de dizer não. Lamenta que o prefeito não tenha a mesma capacidade, comprometimento com a administração pública e respeito para com os vereadores que o subsecretário tem. Acrescenta que, se não fosse o trabalho feito pelas Secretarias de Serviços Urbanos e de Esporte, nada teria sido realizado no Município, e a nota da administração seria zero. Parabeniza o Subsecretário Joãozinho e pede que ele continue respeitando os vereadores e sendo sincero quanto à possibilidade de atender ou não as demandas solicitadas. / **Ely Escarpini (Presidente em exercício):** — Registra que o Joãozinho é muito competente e tem feito a diferença na SEMSUR. / **Delandi Pereira Macedo:** — Ressalta que as petições dos vereadores não são pessoais, pois visam atender as comunidades. Deixa claro que a sua luta não é contra os vereadores, e sim em favor do povo de Cachoeiro. Referindo-se à fala do colega Maitan, diz que respeita todos os vereadores, secretários e subsecretários, especificamente o João Machado, que é uma pessoa maravilhosa e dá atenção a todos. Porém, frisa que não pode deixar de cobrar uma ação que vem solicitando há mais de sessenta dias para a comunidade do Rubem Braga. Esclarece que, mesmo como líder do prefeito, não é atendido em todos os seus pedidos, o que demonstra que os vereadores são tratados de forma igualitária. Então, quando os seus pedidos para as comunidades não são atendidos, também reclama, assim como fazem os demais vereadores. Sugere que os colegas dirijam-se ao Bairro Rubem Braga para verificar os vários pontos que necessitam de limpeza, serviço que a comunidade cobra do vereador. Lembra que cobrou a realização dessa limpeza ao Joãozinho e disse também que, se necessário, ele deveria solicitar ao governo a liberação de mais equipamentos para a SEMSUR. Registra que conversou com o Secretário Vander sobre a situação do Bairro Rubem Braga, o qual lhe disse que vai programar o atendimento àquela comunidade. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Relata mais uma vez que o CRE está fechado, desde o dia 20/03, acumulando uma demanda de mais de oitenta mil consultas de especialidades médicas e de diversos tipos de exames. Informa que tomou conhecimento de que o governo tem a intenção de reabrir o CRE com 30% dos atendimentos e que será implantado um novo sistema de marcação de consultas por parte dos Municípios do Sul do Estado. Comenta que os médicos continuam atendendo normalmente nas clínicas particulares e parece que o Covid-19 só existe no CRE. Frisa que vai continuar falando sobre o CRE até que o Governo do Estado, o secretário Estadual de Saúde e o Superintendente José Maria tomem providências. Diz que os vereadores de outros Municípios do Sul do Estado, cujos moradores são atendidos no CRE de Cachoeiro, também deveriam cobrar essa reabertura. / **Diogo Pereira Lube:** — Registra que, mais uma vez, fez indicação para que seja recolocada uma tampa de bueiro na Rua Miguel Dias Jacques, no Bairro Teixeira Leite, próximo à casa da família Bravim. Comenta que ligou para a Secretaria de Obras para falar sobre esse problema, e lhe perguntaram se já havia feito um pedido, porque não encontraram tal solicitação lá. Informa também que ligou para a AGERSA, quando foi muito bem atendido pela Rachel, para solicitar o reparo do asfalto da Rua Projetada, no Bairro Santa Cecília, que afundou depois de um serviço feito pela BRK nas redes de água e esgoto. Menciona que há momentos em que lhe dá vontade de se portar como um louco e, durante os cinco minutos do seu tempo, repetir várias vezes: “Por favor, prefeito, repare as ruas do condomínio do Bairro São Francisco de Assis, pinte a faixa de



pedestres no Bairro Zumbi, retire os carros abandonados das ruas de Cachoeiro, faça a capina das vias da cidade e dê atenção ao condomínio do Bairro Marbrasa!” Ressalta que, se o prefeito não atende aos pedidos dele, Diogo, por causa do seu posicionamento político, deveria atender os da população. Segue destacando que as quadras e praças que foram entregues pela Prefeitura estão sendo utilizadas pela população em plena pandemia, sem o devido uso de máscaras, conforme observou no Bairro Vila Rica. Acrescenta que, em alguns bares, mesmo sendo respeitadas as medidas de segurança do lado de dentro, há pessoas aglomeradas e sem máscaras do lado de fora. Então, reclama que o Disk Denúncia não funciona, que a fiscalização não está atuando e que faltam leis mais rígidas do Poder Executivo para o enfrentamento dessas situações. Analisa que, com o novo sistema implantado na Câmara, a população vai acompanhar os pedidos feitos pelos vereadores para os bairros e distritos; porém, alerta que esses pedidos não serão atendidos pela Prefeitura. Então, solicita ao prefeito que atenda aos pedidos da população, que elegeu o chefe do Executivo para representá-la e proporcionar bem-estar social aos munícipes, o que, infelizmente, não tem ocorrido em Cachoeiro. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Ressalta que pediu à Secretaria de Interior que faça o ensaibramento das estradas de São Simão, de Santa Fé e do Morro do Nicolau. Lembra que, em 2017, a seu pedido e do Vereador Elio Carlos, foi feito um serviço muito bom nas estradas do Morro do Nicolau, mas o local precisa ser atendido novamente. Comenta que muitas máquinas da Prefeitura estão quebradas na oficina do CMU e que as estradas do interior necessitam de melhorias com urgência. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Lembra que, em 2019, os vereadores aprovaram uma lei para premiar os produtores rurais que emitissem mais notas fiscais. Inclusive ressalta que o concurso das notas fiscais gerou um acréscimo de milhões de reais em tributos para o Município. Diz que foram gastos recursos públicos para fazer edital, licitação e comprar um veículo utilitário, uma motocicleta, um mini trator, dez motosserras e dez roçadeiras, mas lamenta que esses equipamentos ainda não tenham sido entregues aos produtores rurais, que precisam de apoio do governo. Diz que pediu informação à Secretaria de Administração sobre esses equipamentos, que não devem ficar guardados na Prefeitura, e sim serem entregues aos produtores, já que há uma lei que determina isso. Frisa que, como apoiadora da agroindústria, da pequena propriedade rural e da agricultura familiar, está no encaço desses equipamentos para que cheguem às mãos do produtor que acreditou na gestão municipal. Comenta que não são apenas os pedidos dos Vereadores Diogo e Maitan que estão sofrendo negativas por parte da administração, pois os dela também não são atendidos. Cita que solicitou a disponibilização de um coletor azul de lixo para a comunidade de Lameirão, no Distrito da Gruta, e a pintura de faixas de pedestres em alguns pontos da cidade, mas esses pedidos ainda não foram atendidos. / Na sequência, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que fizeram uso da palavra os seguintes Edis: / **Alexandre Bastos Rodrigues:** — Registra que fez várias indicações de obras para a população, como a pintura das faixas de pedestres já existentes e a implantação das faixas elevadas em toda extensão da Rua Moreira, entre os Bairros Independência e Coronel Borges, onde o fluxo de veículos aumentou, havendo muitas colisões entre carros e ainda o grande perigo de atropelamentos. Com relação ao Covid-19, lamenta que Cachoeiro tenha voltado para o risco moderado. Comenta que, com a reclassificação de Cachoeiro, os bares terão que fechar novamente e todo o comércio será afetado. Critica que uma parte da sociedade ainda brinque com a questão do Coronavírus e realize eventos com aglomeração, o que faz com que mais pessoas sejam infectadas. Conta que, na sexta-feira, o número total de mortos pelo Covid-19 em Cachoeiro subiu para cento e quarenta e oito. Frisa que é preciso chamar a atenção das pessoas para que tomem os devidos cuidados, usando máscaras, álcool em gel e respeitando o distanciamento social. Segue mencionando que o Moisés, o vigésimo vereador da Câmara,

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



assiste a todas as sessões do Legislativo. Ressalta que o Moisés tem a consideração e o carinho de todos os vereadores da Câmara e que é uma pessoa muito especial, inteligente e atenta quanto às situações de Cachoeiro, principalmente do Bairro Recanto, onde ele mora e para o qual sempre pede serviços como poda de árvores e limpeza das ruas e das escadarias. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Comenta que o prefeito de Cachoeiro não tem capacidade de gerir nada, inclusive não faz nem as compras da própria casa. Então, diz que o prefeito deixa o Estado mandar e fazer o que quer em Cachoeiro. Relata que, no decreto de 31/08, o prefeito estabeleceu que os bares poderiam funcionar das 10:00 às 15:00 horas e das 18:00 às 21:00 horas, conforme informado pelo repórter do Jornal ESTV. Entretanto, salienta que o secretário de Desenvolvimento Econômico disse que os bares não poderiam abrir e que, hoje, vai ser publicado um novo decreto revogando o anterior, por conta de Cachoeiro ter voltado para o risco moderado para o contágio do Covid-19. Cita que a Prefeitura inaugurou o Wi-Fi, mas que uma repórter estava se preparando para fazer uma transmissão ao vivo na TV, em frente ao palácio, e a internet caiu antes de começar a matéria. Registra que não entende o que acontece na Prefeitura de Cachoeiro, se é incapacidade, incompetência ou perseguição a alguns setores. Lembra que, depois da reabertura dos bares, cujos donos precisam sobreviver, imaginou que poderiam ocorrer mortes devido ao Covid-19 e que esses estabelecimentos seriam culpados por isso. Menciona que há donos de bares que não respeitam os protocolos para evitar o contágio do Covid-19, com relação aos quais o setor de fiscalização do Município tem tomado providências. Analisa que é possível chegar a um meio termo sobre a situação dos bares, através do diálogo; porém, deixa claro que os estabelecimentos que estão lotados devem ser fechados, porque a vida está em primeiro lugar. Diz que, por apenas um dia, foi flexibilizada a abertura dos bares em Cachoeiro e, depois, informaram que um decreto municipal não pode se sobrepor a um estadual. Diante disso, sugere que o prefeito entregue o Município ao governador, vá embora e deixe a cidade progredir, já que não tem competência para administrar Cachoeiro. Repete que o prefeito não tem capacidade para administrar o Município, pois não sabe olhar as pessoas e lhes dar o direito de trabalhar. Inclusive afirma que o prefeito gosta de perseguir as pessoas. Segue comentando que, quando falou sobre o servidor João Machado, não estava se reportando ao Vereador Delandi, o qual considera um grande líder e defensor dos munícipes cachoeirenses. Dirigindo-se aos donos de bares e de outros comércios afetados pelo prefeito incompetente, diz que não se pode esquecer o que o chefe do Executivo tem feito com essas categorias e que está chegando a hora de dar uma tacada certa para se livrar dessa lebre que assumiu o Município de Cachoeiro; do contrário, serão mais quatro anos de mandato para esse cidadão. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Reportando-se ao Vereador Diogo que, hoje, reside no Bairro São Francisco de Assis e fez pedidos para aquela região, diz que há três anos vem solicitando o reparo de todas as ruas daquele condomínio, que estão quase intransitáveis. Informa que estão chegando benfeitorias para algumas ruas do bairro, pois, quando chovia, ficavam prejudicadas. Frisa que os vereadores querem o bem dos cachoeirenses e que grande parte da população entende que os edis podem pedir, mas não executar nenhuma obra. Ressalta que sempre faz pedidos para a Gruta, inclusive diz que o lixo não é recolhido em alguns locais daquele distrito há mais de dois meses. Comenta também que conversou com o Secretário de Agricultura e Interior, o Valadão, solicitando melhorias para as estradas da Gruta. Conta que, hoje, em atendimento ao seu pedido, a equipe da Secretaria de Interior está trabalhando na localidade do Itabira, cujas estradas estavam muito ruins, atrapalhando o transporte dos produtos da região, como os da fábrica de doces. Registra que o serviço está ficando muito bom e que o seu desejo é que a melhoria nas estradas chegue a todos os distritos, como Gruta, Retiro e Tijuca, região do Vereador Maitan. Menciona que não pode reclamar do atendimento da Secretaria de Serviços Urbanos,

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



especialmente do Subsecretário Joãozinho, que, segundo o Vereador Maitan, é educado até para dizer não. Inclusive parabeniza o Joãozinho, o secretário e todos os funcionários da SEMSUR pela qualidade dos serviços de limpeza e de pintura de escadarias. Salaria que, há três anos e oito meses, solicita a reforma e a iluminação de uma escada pequena localizada no Bairro São Francisco de Assis e diz que o secretário prometeu que o serviço será feito. Destaca que a Prefeitura está fazendo a concretagem da Rua Valdecy Savignon e o calçamento da Rua Hélio Hygino Rangel, também naquele bairro. Diz esperar que outros serviços sejam feitos no bairro, a exemplo de dois muros na Rua Thomás Thompson, além da drenagem e da pavimentação de várias vias, obras que estão vinculadas ao empréstimo do FINISA, embora não acredite que esse recurso saia. Deixa claro que faz o possível para que as comunidades sejam atendidas pelo Poder Executivo. Registra que vai fazer pedidos de informação sobre a higienização dos contentores de lixo, que deve ocorrer de trinta em trinta dias, sobre quantos caminhões fazem a coleta de lixo na cidade, sendo que o contrato estabelece que são oito durante o dia e sete à noite, e se a coleta ocorre aos domingos. Pede novamente ao secretário Estadual de Saúde e ao Superintendente José Maria que tomem providências para diminuir o sofrimento da população do Sul do Estado devido à falta de atendimento no CRE. Relata que há oitenta mil consultas de especialidades médicas estagnadas e pergunta como esse número pode ser zerado. Lembra que, antes da pandemia, demorava até um ano para o cidadão conseguir uma consulta médica. Frisa que, além do Covid-19, há outras doenças matando em Cachoeiro e que as consultas preventivas podem evitar problemas maiores. Diz novamente que vai falar sobre o CRE em todas as sessões até que as portas daquele centro sejam reabertas. / **Antônio Geraldo de Almeida Costa:** — Comenta que o Setembro Amarelo visa combater o suicídio, que pode ocorrer devido à depressão, que é uma doença muito grave. Parabeniza a sua esposa, a Heloísa Oliveira Mota, que é assistente social da área de saúde mental e também todos os profissionais desse setor. Informa que participou de uma reunião na Secretaria de Obras para tratar da reabertura da rua que fica atrás do antigo Posto Pop e liga os Bairros BNH de Cima e BNH de Baixo. Conta que o proprietário da área embargou a obra, mas a liminar foi derrubada na Justiça e, na próxima semana, a Prefeitura vai dar sequência ao serviço naquela rua, que é muito importante para os moradores da região. Salaria também que o Governo do Estado está tomando as providências para que a Rodovia ES-482 seja duplicada, do trevo da antiga Coca Cola até o Posto Trevo, no Bairro BNH de Baixo. Registra ainda que, na reunião que teve na Secretaria de Obras, falou sobre as reformas do ginásio e do calçadão do Bairro BNH de Baixo, obras solicitadas por ele e por outros vereadores a pedido da associação de moradores. Menciona que há uma grande possibilidade de que a reforma do ginásio seja feita antes da eleição. Comenta que, em época de eleição, são realizadas muitas obras, como estão ocorrendo no Bairro São Lucas, região do Vereador Allan, as quais são bem-vindas para a população. Frisa que é preciso saber se as obras que estão sendo feitas são para ganhar votos ou para atender realmente à população. Esclarece que não é oposição ao governo, tem apenas uma posição, a qual, muitas vezes, incomoda as pessoas que gostam de agradecer o prefeito e os secretários. Deixa claro que é vereador para cobrar do Executivo as obras que o povo precisa. Lembra que a população paga impostos com dificuldade, os quais são revertidos para o pagamento dos salários dos vereadores, do prefeito e dos secretários. Destaca que um secretário de Cachoeiro recebe um salário bruto de mais de 10 mil reais por mês; porém, diz que o problema no Município não é salário, e sim a falta de gestão e de planejamento. Além disso, diz também que o povo não é ouvido pelo prefeito nem pelos secretários. Registra que, antes de ser político, sempre ouviu a comunidade como repórter, profissão que exerce há trinta e oito anos. Segue lembrando que, em 2018, entregou à Secretária de Esporte, a Lílian, um projeto que trata dos jogos estudantis em Cachoeiro, mas ainda não recebeu nenhum retorno. Inclusive



diz que já existem esses jogos no Município, os quais não foram realizados durante um período. Então, comunica que deu entrada em projeto que visa tornar obrigatória a disputa dos jogos estudantis em Cachoeiro. Recorda que, em 2018, entregou ao Coronel Guedes um projeto sobre a Guarda Mirim, mas também não lhe foi dado nenhum retorno. Anuncia que protocolou um projeto que visa a implantação do museu do esporte em Cachoeiro, pois há muitas memórias que devem guardadas, revividas e mostradas. Também fala sobre a sua preocupação com a central de regulação de vagas. Conta que, ontem, foi procurado pela família de um idoso de Cachoeiro que ia ser transferido para Vila Velha, porque não havia vaga no Município. Registra que o filho desse idoso assinou um documento impedindo a transferência e, um dia e meio depois, surgiu uma vaga no hospital do Aquidaban. Pede ao governador, ao secretário de Saúde e aos deputados estaduais que olhem essa questão com carinho. Analisa que, muitas vezes, não falta dinheiro para a saúde, e sim uma gestão voltada para o povo, que precisa ser olhado com carinho e amor. /

Brás Zagotto: — Informa que esteve em Monte Alegre, onde não há rede de esgoto, e as casas da localidade contam com o sistema de fossas, que estão cheias e precisam ser limpas pelo caminhão hidrolaser da Prefeitura. Então, diz que solicitou ao secretário de Obras que faça a limpeza dessas fossas. Registra que também visitou a Serra de Cobiça, no Distrito de Soturno, a pedido do Renato Volpato e do Gilson, da fábrica de mariolas, para ver a situação das estradas. Conta que o acesso àquela comunidade é difícil, a qual está meio abandonada desde a época em que ele, Brás, era secretário de Interior. Portanto, informa que pediu ao Secretário Valadão que atenda a região de Cobiça. Relata que, hoje, esteve na Rua Alvinho Belo da Silva, no Bairro Amaral, e verificou a necessidade de uma operação tapa-buracos e a colocação de meio-fio, para impedir que a água da chuva escorra para a área de oito residências; então, solicitou ao secretário de Obras que esse serviço seja feito. Menciona que visitou a Rua Solimar de Oliveira, no Bairro Teixeira Leite, e a Rua Marcolino Lino Novaes, no Bairro Vila Rica, locais que necessitam da construção de muros de arrimo. Assim, diz que solicitou à Secretaria de Obras que faça esses muros com recursos próprios. Destaca que os moradores das Ruas Augusto Alves, José Três, João Paes Barreto e José Danche Vitória, no Bairro Alto Vila Rica, estão cobrando as obras de infraestrutura necessárias para que tenham mais dignidade. Informa que a obra da Rua Dino Três, no mesmo bairro, foi licitada, a Empresa Conilon saiu vencedora e o serviço vai ser feito com uma emenda parlamentar que ele conseguiu com o ex-senador Magno Malta. Comenta que os moradores daquele bairro sabem que o vereador não faz obras, e sim as reivindica junto ao prefeito. Recorda que o povo do Alto Vila Rica, por diversas vezes, votou nele, Brás, e conta que, a seu pedido, o ex-prefeito Ferraço fez naquele bairro um reservatório de água e asfaltou as principais ruas. Relembra também que, há alguns anos, através de um pedido seu, a Prefeitura fez a drenagem da Avenida Nossa Senhora da Consolação, o que resolveu o problema das casas serem inundadas na época das chuvas. Avalia que, como vereador, conseguiu levar muitos benefícios para o Bairro Vila Rica, através de pedidos aos prefeitos que passaram por Cachoeiro. /

Delandi Pereira Macedo: — Ressalta que os vereadores são eleitos para atender às necessidades do povo e diz que fica feliz quando os munícipes acompanham o trabalho da Câmara Municipal. Solicita ao presidente que seja incluído na pauta do dia o Projeto de Lei 47/2020, que transfere recursos da AGERSA para o Município, visando a implementação de rede de água na localidade de Timbó. Frisa que a comunidade precisa ser atendida com esse benefício, com o qual a maior parte da população dos bairros e distritos de Cachoeiro já conta. Registra que o Projeto de Lei 51/2020 deve ser votado com urgência, segundo orientações da Caixa Econômica e da Procuradoria Geral da União, para que o Município pegue um empréstimo junto ao FINISA, aprovado pela Câmara, no valor de 30 milhões de reais para investimentos em infraestrutura em diversos bairros do Município. Esclarece que tal projeto, que revoga uma lei



que conflita com o interesse desse empréstimo, deve ser votado ainda hoje, devido à proximidade do processo eleitoral. Destaca a importância de esse projeto ser aprovado, já que, com a pandemia, o Município perdeu cerca de 30 milhões de reais em arrecadação no primeiro semestre do ano, além de que há vários locais de Cachoeiro, como os Bairros Gilson Carone, Rubem Braga, Bom Pastor, Aeroporto, Rui Pinto Bandeira, entre outros, que precisam receber obras de infraestrutura. Então, pede aos vereadores que seja dada agilidade na votação desse projeto. Segue falando sobre o processo pré-eleitoral, destacando que a maioria dos vereadores vai concorrer à reeleição e que a colega Renata será candidata ao cargo de prefeito da cidade. Diz que os vereadores, no momento oportuno, irão percorrer os bairros para pedir o voto da população e, para isso, vão ter que apresentar o trabalho realizado nos quatro anos de mandato. Acrescenta que todos os vereadores são competentes dentro das suas linhas de atuação e têm feito um excelente trabalho. Salienta que, na política, o interesse maior não é o pessoal, e sim o coletivo, e os vereadores defendem que a população receba saúde, educação e segurança, além de obras de infraestrutura. Avalia que a maioria dos vereadores tem trabalhado muito, pedindo e indicando obras de infraestrutura, visto que o Município cresceu de forma desregrada. Lembra que já disse que alguns bairros de Cachoeiro não gozam do mesmo direito de outros considerados nobres, de classes média e alta. Então, diz que, a seu ver, os bairros devem ser atendidos de forma igualitária, porque todos os moradores de Cachoeiro merecem respeito. / **Diogo Pereira Lube:** — Registra que, na semana passada, fez uma live com a participação da Vânia Mardegan, que faz parte do Conselho Municipal de Educação, quando foi discutido o possível retorno às aulas. Deixa claro que, como cidadão, professor e pai, é contra esse retorno tanto do ensino público quanto do privado. Analisa que é difícil as escolas públicas cumprirem as mais de noventa normas propostas pelo Ministério da Educação, assim como também as medidas sanitárias, que são muito exigentes. Destaca que a escola pública não conseguiu promover o ensino remoto de qualidade nesta pandemia. Alerta que o momento é de grande responsabilidade, mas as pessoas têm ido para as ruas sem respeitar as medidas de segurança para evitar o contágio do Covid-19. Informa que as escolas particulares estão apresentando protocolos e se preparando para a volta às aulas, assim como as universidades, mas diz que é preciso analisar o que vai ocorrer nos próximos dias, inclusive alerta que Cachoeiro, que estava no risco baixo, subiu para o moderado. Comenta que o Vereador Maitan falou sobre o serviço de Wi-Fi inaugurado pelo Município, cuja qualidade é duvidosa, e diz que não sabe os critérios utilizados para a escolha dos bairros para receberem esse benefício. Portanto, salienta que vai fazer um pedido de informação para saber como foi feita a escolha dessas áreas. Informa que os alunos de Cachoeiro não têm internet, celular nem TV para estudar; então, pergunta como ficam a educação e o princípio da isonomia. Menciona que o Conselho Municipal de Educação, a Comissão de Educação da Câmara e os especialistas nessa área e também na de saúde devem ser consultados sobre o retorno às aulas e, se isso ocorrer, o poder público terá que fiscalizar mais as escolas, a fim de proteger os alunos e os professores. / **Aparteando Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Concorda com a fala do Vereador Diogo. Diz que um Município no Norte Fluminense fez um programa de aulas, alugou tablets, comprou chips da Empresa Vivo, com internet modulada para acessar aplicativo, e distribuiu esses equipamentos para os alunos da rede municipal. Salienta ainda que os Municípios de Presidente Kennedy e Itapemirim não tiveram nenhum problema quanto à educação remota e acrescenta que podem até dizer que é por causa dos royalties, mas afirma que não é, visto que o sistema funciona lá devido à boa vontade da administração. Menciona que, em Cachoeiro, os professores não estão se relacionando com os alunos. Lembra que solicitou ao prefeito a regulamentação de uma lei já existente no Município, que permite o governo indenizar os professores, com o valor de 2 mil reais, para que adquiram



equipamentos eletrônicos a fim de melhorar a qualidade do ensino remoto. Porém, diz que até agora o prefeito não regulamentou essa legislação, inclusive lembra que a área de educação tem recursos para isso. Avalia que a educação em Cachoeiro está totalmente desamparada por parte do governo. Clama ao prefeito que regulamente essa lei e conceda tal benefício aos professores da rede municipal. / **Diogo Pereira Lube:** — Agradece o aparte e reitera o clamor da Vereadora Renata para que o prefeito regulamente essa lei. Avalia que falta planejamento por parte da administração e, por isso, o governo manda para a Câmara projetos bombas que precisam ser bem analisados. Além disso, diz que é preciso saber se os empréstimos serão utilizados em obras públicas ou para fazer pré-campanha. Comenta que parece que atual administração vive uma autocracia, uma monocracia, fazendo apenas o que quer e só consulta a Câmara quando lhe interessa, pois, do contrário, apresenta decretos. Menciona que buscou informações sobre a responsabilidade solidária do poder público e que fez pesquisa na Constituição Federal e no TRE para saber quais são os atributos do prefeito e do vice-prefeito. Diz que cabe ao prefeito, em linhas gerais, fiscalizar, aplicar e fazer valer as receitas do Município; ao vice-prefeito, substituir o prefeito, em caso de impedimento, de viagem ou de doença, cumprindo as mesmas atribuições do chefe do Executivo, e ainda auxiliar o prefeito sempre que for convocado. Analisa que, quando o vice-prefeito denuncia o prefeito, não há harmonia nem ajuda para desvendar os problemas que estão ocorrendo em Cachoeiro. Pergunta se isso é um critério de responsabilidade solidária do poder público, ou seja, o próprio Executivo assume que é incompetente, inoperante e não cumpre o seu papel. / **Ely Escarpini (Presidente em exercício):** — Informa que o pedido do Vereador Delandi para a inclusão de dois projetos na pauta do dia foi acatado pela presidência. / **Edison Valentim Fassarella:** — Concorda com o que o Vereador Maitan falou sobre o Subsecretário Joãozinho, que é muito prestativo, sabe dar solução aos problemas e realmente consegue dizer não sem que as pessoas fiquem chateadas. Lembra que, quando era secretário de Saúde, sempre cobrou que os funcionários da pasta tratassem os cidadãos com carinho, dedicação e respeito. Menciona que foi feita a limpeza no Bairro Paraíso, inclusive parabeniza o Secretário Vander e o Subsecretário Joãozinho pelo trabalho. Agradece ao Secretário Robertson Valadão, que está atendendo a sua reivindicação para a reforma de uma ponte na Rua José Valdo, no Bairro São Geraldo. Ressalta que o Secretário Vander se comprometeu de, em breve, pintar a Escadaria Hilda Gobetti Vantil, no Bairro Paraíso, que só necessita de uma limpeza para que o serviço seja feito. Segue informando que recebeu resposta do Setor de Posturas sobre um questionamento que fez a respeito das placas nas fachadas dos comércios da cidade. Salienta que, muitas vezes, a placa fixada no comércio tem três, quatro metros, mas o nome escrito é pequeno, mas é cobrado um valor por toda a publicidade. Diz que, a seu ver, essa taxa deveria ser cobrada apenas pela parte escrita, inclusive os comerciantes têm reclamado disso. Registra a seguinte parte da resposta que recebeu da Prefeitura: “Assim, a atuação do auditor fiscal, no momento da medição para o lançamento da taxa de anúncio, é pautada estritamente nos ditames da lei, levando-se em consideração tudo o que faz referência à marca, produto, atividade e serviços desenvolvidos pelos estabelecimentos da empresa que está vinculando o anúncio. Vale destacar que, se a empresa não concorda com a medida do tamanho do anúncio lançado, fato gerador da taxa, poderá protocolar pedido de revisão junto ao setor de Protocolo Geral da Prefeitura. Desse modo, será feita nova sindicância no local para verificar a ocorrência de eventual equívoco na aferição do anúncio pelo auditor fiscal.” Comenta que essa resposta não o convenceu e vai discutir o assunto com a Prefeitura. Repete que o valor da taxa deve ser cobrado apenas pela parte escrita na placa, e não por toda ela, que pode ser apenas uma forma de revestimento da fachada do comércio. / **Ely Escarpini:** — Fala sobre a sua antiga luta para a construção de uma capela mortuária no Bairro Zumbi. Registra que, quando morre uma pessoa no citado bairro, os



familiares querem velar na própria comunidade e acabam recorrendo às Igrejas Evangélicas. Inclusive diz que é proibido por lei fazer velório em igrejas. Destaca que o secretário de Obras garantiu que será construído um centro comunitário, que vai ser utilizado também como capela mortuária na comunidade do Zumbi. Lembra que conseguiu uma emenda parlamentar, através de um deputado federal, para a construção dessa capela, mas, infelizmente, o governo anterior não fez o projeto e o recurso foi perdido. Parabeniza o Prefeito Victor Coelho pela reforma da capela do cemitério do Bairro Coronel Borges, que ficou mais humanizada e organizada. Cumprimenta os vereadores que falaram a respeito do Subsecretário Joãozinho, que é carismático, atencioso e tem feito um excelente trabalho. Parabeniza também os colegas pela luta em prol das suas comunidades, que necessitam de muitas coisas. Salienta que o Prefeito Victor tem feito uma boa administração e vai continuar trabalhando para o bem de Cachoeiro. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Concorda com o que os colegas Maitan, Fassarella e Ely falaram sobre o Subsecretário Joãozinho. Acrescenta que poucos políticos da administração pública são como o Joãozinho, que é capacitado, educado e atende a todos os vereadores com presteza. Registra que o Valentim, que também é político e trabalha na Prefeitura, sabe lidar bem com as pessoas, diferente do ex-gerente da Secretaria de Interior, que é pré-candidato a vereador. Conta que esse ex-gerente fez alguns serviços em Córrego dos Monos e em Bebedouro e disse nas comunidades que os trabalhos seriam feitos de forma precária, porque foram pedidos por ele, Paulo. Lamenta que ainda existam pessoas como essa na administração pública. Segue dizendo que, desde 2018, a pedido dos moradores, solicitou que a Prefeitura fizesse um estudo para a implantação de redutores de velocidade e pintura de faixas de pedestres na Rua Godofredo Adverci, que liga o Bairro Baixo Monte Cristo à Avenida Jones dos Santos Neves, onde o tráfego de veículos é intenso e ocorrem muitos acidentes. Ressalta que, na época, a Prefeitura contratou um engenheiro para fazer esse estudo, o qual foi finalizado e colocado na mesa do secretário de Trânsito, que informou que não havia massa asfáltica para a implantação dos redutores. Lembra que houve um acidente muito grave nessa rua, quando um motociclista atropelou um casal, e duas pessoas morreram. Questiona se houve cunho político para esse serviço simples não ser feito e destaca que o responsável pela secretaria, na época, era do seu bairro e também político. Registra que, em 2018, também protocolou um pedido para que fosse feito um estudo para a implantação de redutor de velocidade na Avenida José Félix Cheim, no Bairro Jardim América, próximo à passarela de pedestres, onde os veículos trafegam em alta velocidade, mas até hoje nada foi feito. Inclusive diz que, na última sexta-feira, ocorreu um acidente grave naquele local. Menciona que o Prefeito Victor Coelho não pode cuidar de tudo e, por isso, delega poderes aos secretários, que devem fazer a parte que lhes cabe. Diz esperar que o atual Secretário de Segurança e Trânsito, o Jonei Petri, tome conhecimento da sua reclamação e providencie esses serviços importantes. Recorda que ocorreram duas, três reuniões com o DER para discutir a colocação de uma barreira no meio da Avenida Jones dos Santos Neves, do trevo do BNH até a entrada do IBC, onde ocorrem muitos acidentes devido aos motoristas cruzarem a via para terem acesso a outras ruas e postos de combustíveis. Comenta que, na prestação de contas do prefeito, cobrou sobre essa situação, mas o chefe do Executivo disse que não é a Prefeitura que deve fazer esse serviço, e sim o Estado. Analisa que, pensando em vidas, é preciso ser mais enérgico para que a população da cidade não sofra por causa desse tipo de situação. Prossegue informando que, há duas semanas, foi procurado por pessoas que possuem barracas na rua que fica próxima à Universidade São Camilo, as quais funcionam apenas quando há aulas, porque receberam da Prefeitura a cobrança do imposto anual, no valor de cerca de 1 mil e 500 reais. Explica que esses comerciantes não têm condições de pagar esse imposto, porque não estão trabalhando nem há previsão de retornarem. Então, registra que protocolou um pedido para que a Prefeitura faça um



estudo no sentido de ajudar essas pessoas. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Diz que a gestão municipal está deixando muito a desejar nesta pandemia, pois cria decreto em cima de decreto, não escuta a população e coloca os servidores em risco. Comenta que os fiscais do Município não estão encontrando anteparo nem conseguem ver o resultado da fiscalização. Salienta que a Prefeitura não divulga nada e ainda retirou do ar as suas redes sociais sob o argumento de que esse serviço não pode funcionar em período eleitoral. Frisa que a legislação eleitoral permite que informações sobre o Covid-19 sejam dadas nas redes sociais oficiais. Ressalta que o servidor público municipal precisa do respaldo do chefe do Executivo. Informa que recebeu um vídeo do presidente da Associação dos Fiscais, clamando para que a categoria seja enxergada, porque esses profissionais estão nas ruas fazendo o seu trabalho, mas diz que, quando as redes sociais são retiradas do ar, encerrando a comunicação direta com o cidadão, a Prefeitura deixa todo o problema nas mãos da fiscalização. Menciona que alegar que falta recurso é mentira, porque o Governo Federal enviou para Cachoeiro 28 milhões de reais e o Fundo Municipal de Saúde tem 30 milhões reais. Diz que a Prefeitura gastou 5 milhões de reais em publicidade; então, salienta que não se pode fechar os olhos para o perigo da má gestão dos recursos públicos e da crise. Deixa claro que o Covid-19 é passageiro, mas os servidores são instrumentos perenes, que vão ficar traumatizados, porque não estão sendo valorizados. Enfatiza que a fiscalização do Município não pode ser culpada pelo aumento do número de casos do Coronavírus. Segue destacando que observou nos boletins do Governo do Estado que os leitos para os doentes com Covid-19 foram reduzidos. Pergunta se a população de Cachoeiro não merece ter leitos para tratar as pessoas com Coronavírus. Inclusive diz que Cachoeiro passou para o risco moderado, porque diminuíram os leitos no Município. Frisa que o bom gestor deve criar mecanismos, ambiente e cultura de informação para que todos possam viver bem e em comunidade, apesar da pandemia, além de apontar saídas para os problemas. Pede ao prefeito regulamente a lei vigente no Município, criada pelo governo de Casteglione, que concede indenização aos professores para que adquiram os equipamentos necessários para darem aulas remotas, porque as crianças têm o direito de estudar. Com relação ao Projeto de Lei 51/2020, que o colega Delandi solicitou que fosse incluído na pauta do dia para votação, lembra que, em 2017, os vereadores votaram essa autorização para o Poder Executivo pegar empréstimo no FINISA, sendo criada a Lei 7.534, que foi alterada, em 2018, pela Lei 7.574, novamente modificada, em 2019; agora, diz que o Município quer alterar mais uma vez essa lei, no último dia possível, para pegar esse empréstimo. Recorda que, em 2019, através da Lei 7.747, a Câmara autorizou o prefeito a transferir 1 milhão 530 mil reais da AGERSA para a Prefeitura para a revitalização de pontos de ônibus. Porém, comenta que com esse recurso foi feito apenas um ponto de ônibus no Residencial Otílio Roncete, a seu pedido, sendo uma espécie de teste, que não teve a aprovação do Município. Então, salienta que não tem coragem de dar mais 1 real para a atual administração nem autorização para transferir dinheiro da AGERSA ou para pegar empréstimo, que será pago pelo próximo gestor. Avalia que esse recurso transferido da AGERSA poderia ser utilizado para a redução das contas de água e que os pontos de ônibus poderiam ser entregues à iniciativa privada, que os construiria e administraria. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Analisa que esse projeto é uma batata quente nas mãos dos vereadores, porque o Município o enviou para a Câmara no último dia possível. Diz que, se os vereadores não votarem esse projeto, a administração poderá alegar que não fez as obras, porque a Câmara não aprovou tal matéria. Destaca que o Executivo teve quatro anos para fazer as obras de infraestrutura, mas não as fez, o que demonstra falta de planejamento e de responsabilidade com o dinheiro público. Frisa que os projetos que são enviados no último dia para serem votados devem ser bem estudados e pergunta onde estão as leis e o orçamento que os vereadores aprovaram na Câmara. / **Renata Sabra Baião**



Fiório Nascimento: — Informa que não há nenhum anexo do Tesouro Nacional nesse projeto dando qualquer tipo de explicação e consta apenas que fica revogada uma lei que vai entrar em vigor na data de sua publicação. Acrescenta que a mensagem do Executivo diz que o presente projeto revoga a Lei 7.745 e visa atender exigências, mas não explica quais são elas. Lamenta que o Executivo não faça a correta instrução do projeto de lei para que os vereadores possam defendê-lo. Então, clama ao presidente que esse projeto tramite normalmente pela Casa e receba os pareceres de todas as comissões; assim, se a Prefeitura quiser, que peça a prorrogação do prazo ao Tesouro Nacional, pois não há condições de a Câmara autorizar com responsabilidade qualquer tipo de empréstimo a mais à atual administração. / **Rodrigo Sandi:** — Parabeniza o Vereador Maitan pela homenagem que fez ao Subsecretário Joãozinho, que é uma pessoa capacitada, humilde, carismática, dedicada ao trabalho e atende a todos os vereadores com carinho e atenção. Cumprimenta também o Vereador Ely pela luta para que o Bairro Zumbi tenha um local para os moradores velarem seus entes queridos. Diz esperar que o Município construa o centro comunitário naquele bairro para que seja utilizado como capela mortuária. Comenta que o Bairro Zumbi, com mais de vinte mil habitantes, precisa receber obras de qualidade para atender o povo. Salaria que aquela comunidade está ansiosa pelo início da construção da unidade de saúde – porte III, que será uma das maiores do Sul do Estado e para a qual conseguiu uma emenda parlamentar com a Deputada Norma, no valor de 1 milhão de reais, sendo que a Prefeitura dará uma contrapartida de 2 milhões de reais. Agradece ao prefeito e aos secretários pela reforma da escadaria da Avenida Aristides Campos, próxima à Selita, que ficou muito bonita, faltando apenas uma parte do jateamento para que o barranco não ceda. / **Aparteando Ely Escarpini (Presidente em exercício):** — Sugere ao Vereador Rodrigo que converse com o prefeito para que o muro da Rua Renê Nogueira também seja pintado para embelezar ainda mais aquele local. / **Rodrigo Sandi:** — Informa que o Secretário Vander já projetou que será desenhado naquele muro a figura do Zumbi dos Palmares, mas, antes, é preciso terminar o jateamento do local. Lembra que a população do Zumbi já foi muito criticada; porém, diz que percebeu uma melhoria até quanto à educação das pessoas do bairro. Menciona que a quadra daquele bairro passou por reforma, ficou muito bonita e, recentemente, foi entregue à comunidade. Agradece ao prefeito e aos secretários de Obras e de Esporte pela reforma geral daquela quadra. Inclusive parabeniza os moradores do Bairro Zumbi que, por mais que queiram, não estão utilizando aquela quadra neste momento de pandemia. Ressalta que, infelizmente, como Cachoeiro voltou para o risco moderado, os espaços esportivos vão continuar fechados por mais algum tempo. Deixa claro que os dezenove vereadores trabalham muito, buscando benefícios para as suas regiões. Analisa que os políticos terão que buscar votos nas comunidades e, se elas estão abandonadas pelo Poder Executivo e sem a atenção dos vereadores, certamente eles não serão bem recebidos. Destaca que muito se fala sobre vereador da base e de oposição, mas diz que cada parlamentar deve lutar pelo bem e pelas demandas da população do bairro ou distrito que representa. Inclusive comenta que, em seu entendimento, os vereadores ajudam a administração, porque indicam os locais onde são necessárias as ações do Executivo. Avalia que vereador é o primeiro político que as pessoas lembram, até para resolver questões particulares, e é a ponte entre a população e o Executivo. Acrescenta que, muitas vezes, as coisas não acontecem em Cachoeiro, mas não por falta de empenho e de vontade dos vereadores. Repete o agradecimento que fez à administração pelos serviços realizados no Bairro Zumbi e diz que todas as comunidades de Cachoeiro também precisam ser atendidas. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Parabeniza os profissionais de educação física pelo seu dia. Conta que se formou como educador físico em 2005 e que trabalhou na Escola Áurea Bispo Depes, no Bairro Vila Rica, em 2006, e na Secretaria de Esporte, em 2007. Registra que foi provocado pelo Grupo de



Capoeira Filhos da Princesa do Sul a respeito de uma verba federal, no valor de 100 mil reais, que já está depositada nos cofres do Município, desde o ano passado, para a realização de evento. Comenta que o grupo foi informado de que o evento não poderá ser realizado agora devido ao período eleitoral; então, diz que vai conversar com a secretária para verificar essa situação. Ressalta que as pessoas da área de capoeira ficaram muito tempo sem trabalhar devido à pandemia e, portanto, esse evento poderia ajudá-las a recuperar algumas perdas. Enfatiza que o Município não pode perder essa verba cultural, conseguida pelo grupo de capoeira, que será utilizada em evento para crianças, jovens e adultos do Município. Segue dizendo que Cachoeiro passou de risco baixo para moderado para o contágio do Covid-19 e o Município tentou flexibilizar o funcionamento dos bares para que não fossem fechados novamente, mas, infelizmente, isso não foi possível. Menciona que o site da Prefeitura mostra com transparência os dados do Covid-19, como o número de doentes e de leitos ocupados. Lembra que, quando Cachoeiro foi classificado como risco baixo, havia um pouco mais de 80% de curados e 80% de leitos de UTI ocupados; agora, o Município foi reclassificado como risco moderado, mas tem 94% de curados e 60% de leitos ocupados. Então, pergunta como essa questão de risco foi avaliada pelo Governo do Estado. Diz que entende a revolta das pessoas que querem trabalhar, como os donos de bares que reabriram os seus comércios há vinte dias, fizeram a reposição dos estoques e, agora, são obrigados a fechar novamente. Comenta ainda que os campos de futebol estão fechados há seis meses e as pessoas que vivem dessa atividade estão passando por momentos difíceis. Diz que, em seu entendimento, o Estado não está se afinando com os dados verificados em Cachoeiro para a classificação do Município. Inclusive frisa que a fiscalização de Cachoeiro trabalhou e ainda está trabalhando muito. Enfatiza que essa mudança semanal de risco para o contágio do Covid-19 em Cachoeiro muda as regras para a abertura dos comércios, o que causa grande instabilidade e dificulta que esses proprietários consigam se reerguer. Solicita ao prefeito que entre em contato com o Governo do Estado para que seja revista a avaliação de risco do Município. Registra que a administração municipal deve brigar por Cachoeiro como faz a Câmara de Vereadores. Deixa claro que os vereadores querem a segurança das pessoas e que ninguém se contagie com o Coronavírus, mas afirma que todos devem ter o direito de trabalhar para prover o próprio sustento. / Logo após, passou-se ao **Horário das Lideranças**. / **Wallace Marvila Fernandes (PP)**: — Informa que o Partido Progressista vai realizar a sua convenção no dia 11/09, às 18:00 horas, no espaço da Câmara Municipal, quando serão discutidos vários assuntos importantes entre os pré-candidatos a vereador e a pré-candidata a prefeito de Cachoeiro, que será a presidente da sigla, a Fayda Belo. / **Delandi Pereira Macedo (Poder Executivo)**: — Reforça o pedido para que os Projetos de Lei 47 e 51/2020, do Poder Executivo, sejam incluídos na pauta do dia. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente)**: — Diz ao colega Delandi que o pedido já foi acatado pelo Vice-Presidente Ely, quando estava ocupando a presidência. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (PSD)**: — Registra que a convenção do PSD vai ser no dia 14/09, mas o local ainda não foi definido. Reforça que o partido defende a propriedade privada, a economia de mercado, as ações sociais para quem precisa, o combate à corrupção e a verdadeira boa política do diálogo, escutando e lutando em prol dos necessitados. Analisa que, hoje, os necessitados são os servidores públicos municipais que estão precisando do apoio da administração para que possam desempenhar bem o seu papel. Comenta que os servidores das esferas da educação, da fiscalização e da saúde não estão enxergando no prefeito uma liderança protegendo a vida. Segue pedindo vista ao Projeto de Lei 51/2020 para que a Comissão de Fiscalização e Controle Orçamentário, da qual faz parte, possa emitir o parecer, já que a matéria trata de um valor vultoso de recursos e pode criar um rombo nos cofres do Poder Executivo. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente)**: — Explica que esse projeto deve ser votado



hoje; então, diz que a Mesa Diretora não acata o pedido de vista da Vereadora Renata. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento**: — Recorre ao plenário para que decida sobre o seu pedido de vista, já que o vereador tem o direito de fazer tal solicitação antes de a matéria entrar em votação, conforme consta do Regimento Interno. Pede que a procuradoria dê um parecer sobre o seu pedido. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente)**: — Diz que, assim a procuradoria der as informações à Mesa, elas serão repassadas ao plenário. / Prosseguindo, teve início a **Ordem do Dia**. / **Elio Carlos Silva de Miranda, levantando questão de ordem**: — Solicita que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo sejam apreciados em bloco. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente)**: — Acata o pedido do vereador. / Logo após, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: Pedidos de Informação: 111/2020 – Alexon Soares Cipriano** (Requer informação ao Exmo. Sr. Paulo José de Miranda, Secretário Municipal de Obras, referente à cópia do projeto arquitetônico de reforma da EMEB Padre Gino Zatelli, no Bairro Dr. Gilson Carone); **112/2020 – Alexon Soares Cipriano** (Requer informação ao Exmo. Sr. Paulo José de Miranda, Secretário Municipal de Obras, referente à cópia do projeto arquitetônico de reforma da EMEB Professor David Alberto Lóss, no Bairro Coramara.); **113/2020 – Alexon Soares Cipriano** (Requer informação à Gerência de Cadastro Imobiliário, da Secretaria Municipal de Fazenda, visando a denominação de logradouro público. Ocorre que o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei Municipal 5.445/2003 estabelece que será preciso proceder a consulta ao Cadastro Imobiliário Municipal, a fim de certificar-se que o nome apresentado não é denominador de nenhum outro logradouro e/ou bairro. Tendo em vista o acima exposto, solicita que seja realizada a pesquisa a que se refere o dispositivo legal e ainda que se expeça declaração/certidão, atestando o cumprimento da pesquisa. Tal documento se prestará a instruir projeto de lei que tramitará na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Para que se proceda a pesquisa, indica os seguintes dados: Rua Projetada – via da Igreja Nossa Senhora de Fátima, que liga as Ruas Marco Antônio Martins dos Santos e Nazira Ginaid Felipe, situada no Bairro Boa Esperança, no Município. Solicita ainda que, se possível, as informações sejam fornecidas em prazo não superior a 5 cinco dias úteis, contados do recebimento deste documento); **118/2020 – Alexon Soares Cipriano** (Requer à Gerência de Cadastro Imobiliário, da Secretaria Municipal de Fazenda, pesquisa referente a terreno desocupado pertencente ao Município. Para que se proceda a pesquisa, indica os seguintes dados: se há terreno desocupado entre os números 84 a 88 na Rua Francisco Sechim, no Bairro Dr. Gilson Carone, pertencente ao Município. Solicita ainda que, se possível, as informações sejam fornecidas em prazo não superior a 5 dias úteis, contados do recebimento deste documento); **119/2020 – Alexon Soares Cipriano** (Requer à Gerência de Cadastro Imobiliário, da Secretaria Municipal de Fazenda, pesquisa referente a terreno desocupado pertencente ao Município. Para que se proceda a pesquisa, indica os seguintes dados: se há terreno desocupado entre os números 77 a 81 na Rua Francisco Sechim, no Bairro Dr. Gilson Carone, pertencente ao Município. Solicita ainda que, se possível, as informações sejam fornecidas em prazo não superior a 5 dias úteis, contados do recebimento deste documento); **114/2020 – Higner Mansur** (Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Victor Coelho que lhe encaminhe o abaixo relatado/requerido: Relato: 1 – Tendo em vista as enchentes do início do ano, que arrasaram com boa parte da indústria e, principalmente, do comércio de Cachoeiro; 2 – Tendo em vista as constantes declarações do Poder Executivo, de que a receita do Município iria cair neste ano; 3 – Tendo em vista a ameaça, por parte do poder municipal, de cortes no quadro de professores e outros, ainda não executada; 4 – Tendo em vista os constantes decretos municipais que abrem créditos suplementares como sempre lugar comum de que os recursos desses créditos suplementares – que, no total, ascendem a milhões de reais e são provenientes de superávit



financeiro nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 1º, item I, da Lei Federal 4.320/64. Requerimento: Considerando os fatos relatados alhures, queira esclarecer o seguinte: 1 – A partir de 01/04/2020, quantos e quais foram os decretos – número a número, data a data – que abriram créditos suplementares com a fundamentação proveniente de superávit financeiro nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 1º, item I, da Lei Federal 4.320/64? Por obrigação legal, informe decreto por decreto. 2 – A partir de 01/04/2020 – também decreto por decreto, encaminhe o parecer técnico e/ou despacho da autoridade ou servidor que reconheceu oficialmente o superávit, ou informe a sua inexistência. 3 – Qual o valor total reconhecido pela série de decretos acima referidos como superávit financeiro?); **115/2020 – Higner Mansur** (Requer ao Exmo. Sr. Presidente do IPACI que lhe informe o abaixo relatado/requerido: Relativo à Resolução Nº 024/2020, do Conselho Deliberativo do IPACI, publicada em fls. 11 do Diário Oficial do Município de 04/08/2020: Encaminhe à Câmara a resposta encaminhada ao Conselho Deliberativo “acerca das providências solicitadas no Of./CD 008/2019, de 05/11/2019”, no inteiro teor do que foi encaminhado ao mesmo Conselho Deliberativo); **116/2020 – Higner Mansur** (Requer ao Exmo. Sr. Presidente do IPACI que lhe informe o abaixo relatado/requerido: Relativo à Resolução Nº 023/2020, do Conselho Deliberativo do IPACI, publicada em fls. 11 do Diário Oficial do Município de 04/08/2020: Encaminhar à Câmara a resposta encaminhada ao Conselho Deliberativo, justificando o atraso nas publicações); **117/2020 – Higner Mansur** (Requer ao Exmo. Sr. Presidente do IPACI que lhe informe o abaixo relatado/requerido: Relativo à Resolução Nº 022/2020, publicada em fls. 11 do Diário Oficial do Município de 04/08/2020: 1 – Encaminhar à Câmara a minuta do projeto de lei referido na Resolução 022/2020; 2 – Qual foi o motivo que levou a presidência do IPACI a encaminhar ao Conselho Deliberativo do IPACI o referido projeto de lei? 3 – Qual foi o motivo que levou à suspensão da aprovação do referido projeto de lei, pelo Conselho Deliberativo, na visão dessa presidência? 4 – Qual a situação atual do referido projeto de lei? Aprovado ou não?); **120/2020 – Higner Mansur** (Requer ao Exmo. Sr. Victor Coelho que lhe informe o abaixo relatado/requerido: 1 – Quantidade dos cargos comissionados preenchidos no Poder Executivo do Município, indicando a quantidade de concursados e/ou efetivos e de não concursados. 2 – Dos 50 maiores salários dos servidores comissionados acima referidos, informar, por relação nominal, um a um, os respectivos valores salariais, indicando: a – Os que são concursados; b – Os que são efetivos; c – Os que não são nem concursados nem efetivos); **110/2020 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento** (Requer ao Exmo. Sr. Victor da Silva Coelho, Prefeito Municipal, através do Exmo. Sr. Cláudio José Mello de Souza, Secretário Municipal de Administração, informação referente ao Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2019 exclusivo para microempresa e empresa de pequeno porte, solicitando que informe quais destinos dados a cada um dos bens adquiridos pela Prefeitura no contrato supramencionado); *Enviando Votos de Congratulação*: 194/2020 – Alexandre Valdo Maitan; 196/2020 – Alexon Soares Cipriano; 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192 e 193/2020 – Delandi Pereira Macedo; 195 e 197/2020 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento; **Projetos de Decreto Legislativo**: *Concede Comenda Dr. Atílio Vivácqua*: 218/2020 – Alexandre Bastos Rodrigues (Ao Sr. Alexandre Carvalho Silva); 214/2020 – Delandi Pereira Macedo (Ao Dr. Umberto Batista da Silva Júnior); 232/2020 – Diogo Pereira Lube (Ao Dr. Igor Vinicius Fonseca de Souza); 212/2020 – Rodrigo Sandi (Ao Dr. Rafael Valiati de Souza); *Concede Comenda Glauber da Silva Coelho*: 219/2020 – Alexandre Bastos Rodrigues (Ao Sr. Jhonatan Jacintho de Oliveira); 221/2020 – Brás Zagotto (Ao Pastor José Alves Sobrinho); 215/2020 – Delandi Pereira Macedo (Ao Pastor e Militar Antônio Carlos Garcia Marques); 230/2020 – Diogo Pereira Lube (Ao Sr. Adriano Munhões Martins); *Concede Comenda Jadir Augusto da Cruz*: 220/2020 – Alexandre Bastos Rodrigues (Ao Sr. Marcos Antônio de Oliveira Liandro);



225/2020 – Brás Zagotto (Ao Sr. Edson Carlos Ozelame); 216/2020 – Delandi Pereira Macedo (Ao Sr. Vagner de Almeida Barbosa); 231/2020 – Diogo Pereira Lube (Ao Sr. Henrique Couto dos Santos); 223/2020 – Paulo Sérgio de Almeida (Ao Sr. Anderson Lima Pirovani); *Concede Título de Honraria e Destaque Operacional*: 229/2020 – Alexandre Bastos Rodrigues (Ao Sr. Ozéias Mendonça Mello Júnio); 217/2020 – Brás Zagotto (Ao Sr. Alex Sandro Morgado); 213/2020 – Delandi Pereira Macedo (Ao Cabo da Polícia Militar Camargo de Almeida Matiello); 226/2020 – Elio Carlos Silva de Miranda (Ao Sr. Washington Luiz Paula); 222/2020 – Paulo Sérgio de Almeida (Ao Sr. Márcio Felipe Rocha da Silva); 224/2020 – Wallace Marvila Fernandes (Ao Coronel Fabrício da Silva Martins). / Em seguida, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, o **Projeto de Lei 34/2020 – Rodrigo Sandi** (Denomina via pública no Município de Cachoeiro de Itapemirim). / Continuando, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 47/2020 – Poder Executivo** (Autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros da AGERSA, o uso de saldo financeiro, e dá outras providências). / **Alexon Soares Cipriano (Presidente)**: — Explica que esse projeto trata do repasse de recursos para a conclusão das obras de saneamento na localidade da Tijuca. Informa que a AGERSA comunicou à Câmara que não foi feita a sondagem do terreno às margens da Rodovia Cachoeiro x Safra, onde está sendo instalada a tubulação de água; assim, durante a execução do serviço, foram encontradas rochas, sendo necessário repassar um valor adicional à empresa que está fazendo a obra. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento**: — Pergunta se esse projeto está com todos os pareceres. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente)**: — Responde que está com os pareceres da procuradoria e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento**: — Questiona se a Comissão de Fiscalização e Controle Orçamentário não vai dar parecer a essa matéria. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente)**: — Frisa que a Câmara precisa dar celeridade à votação desse projeto, porque já chegou à Casa outra matéria que trata do mesmo assunto para atender as mesmas comunidades. Registra que, na semana passada, solicitou que as comissões dessem os pareceres a esse projeto. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento**: — Informa que essa obra já está pronta e que não concorda em repassar um recurso público, que está seguro na AGERSA, para a Prefeitura no meio de um processo eleitoral. Lembra que a Prefeitura já está retendo 1 milhão e 500 mil reais também da AGERSA, cujo valor foi transferido para a implantação de pontos de ônibus, mas esse serviço ainda não foi feito. Inclusive diz ter certeza de que todos os meses sobram recursos da outorga da AGERSA que poderiam ser utilizados para finalizar essa rede de água. Salienta que essa obra custou menos do que o valor que a Câmara autorizou que fosse repassado da AGERSA à Prefeitura; portanto, não é necessária a transferência de mais recursos. Frisa que é preciso ter responsabilidade com o recurso público do Município, inclusive lembra que esse projeto não tem o parecer da Comissão de Fiscalização e Controle Orçamentário, da AGERSA nem da BRK e também não se sabe o custo efetivo dessa obra. Pergunta por que essa obra não foi paralisada, já que não havia dinheiro para fazê-la. Menciona que a Câmara repassou o dinheiro para a administração fazer tal obra, que foi concluída, mas, agora, apresentam o resto da conta para ser pago. Questiona por que o Município não pede à Câmara para que seja alterada a destinação da verba de 1 milhão e 500 mil reais que já foi repassada à administração para o pagamento da empresa que fez essa obra. Pede aos vereadores que pensem muito antes dessa votação, que não é urgente e pode ser feita mais à frente. Destaca que fez um pedido de informação sobre esse projeto e que a sua comissão não deu parecer a essa matéria. Declara que vai votar contra esse projeto, porque a rede de água já está pronta, faltando apenas indenizar a empresa que a construiu, porque a obra custou mais do que se pensava. Diz que o seu desejo é que todo o Município tenha água tratada e saneamento, mas isso deve ser feito com responsabilidade, e não repassando recursos para uma gestão que

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



não sabe cuidar do dinheiro público. / **Diogo Pereira Lube:** — Registra que vai votar contra esse projeto, porque, como faz parte de algumas comissões da Câmara, gostaria de analisá-lo melhor. Repete que a falta de planejamento por parte do Poder Executivo é muito grande. Diz que acha perigoso aprovar qualquer tipo de transferência de recursos e empréstimos agora, porque tudo o que tinha que ser feito pelo governo já ocorreu; portanto, se alguma coisa não aconteceu, foi por falta de competência e de planejamento da administração. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Esclarece que o Projeto de Lei 47/2020 destina 830 mil reais para a implantação da rede de água em Timbó e em Retiro. Lembra que quem levou água para o Distrito da Tijuca foi o ex-prefeito Casteglione, ao qual ele, Maitan, fazia oposição na Câmara. Inclusive deixa claro que a localidade de Retiro já tem água. Relata que conversou com o Bruno, da BRK, que lhe informou que o serviço já foi feito, mesmo tendo sido encontrada rocha no trecho de Retiro. Acrescenta que, segundo soube, em Timbó o trabalho não foi realizado, porque a rocha é muito grande. Menciona que o artigo 9º do projeto fala sobre três valores: de 282 mil reais, de 298 mil reais e de 511 mil reais, esse último destinado à Secretaria de Obras, que, a seu ver, deve ser utilizado para fazer campanha. Diz acreditar que esse valor será revertido para melhorias no bairro de algum colega vereador. Inclusive comenta que alguns vereadores não permanecem na Câmara até o final da sessão, mas, hoje, estão todos presentes; então, declara que já sabe no que vai dar isso e até fala do seu desânimo de fazer um trabalho com isenção. Ressalta que os moradores de Retiro e Timbó precisam ter água e, por isso, vai votar a favor do projeto; porém, manifesta o seu desejo de ter feito uma emenda supressiva, retirando o valor de 511 mil reais destinado à Secretaria de Obras, embora saiba que, se tivesse feito, ela seria rejeitada. / Posto em votação, o **Projeto de Lei 47/2020**, acima descrito, **foi aprovado** por quatorze votos contra dois do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Bastos Rodrigues, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Antônio Geraldo de Almeida Costa, Brás Zagotto, Delandi Pereira Macedo, Edison Valentim Fassarella, Elio Carlos Silva de Miranda, Ely Escarpini, Paulo Sérgio de Almeida, Rodrigo Sandi, Sílvio Coelho Neto e Wallace Marvila Fernandes. **Votaram contra:** Diogo Pereira Lube e Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. / **Seguem justificativas de voto:** / **Diogo Pereira Lube:** — Registra que votou contra esse projeto devido à falta de planejamento e de transparência do Poder Executivo Municipal, que não dá garantias de que as obras serão feitas, que abusa da boa-fé do Legislativo, que coloca bolas divididas na Câmara e que faz com que os vereadores fiquem mal perante as comunidades. Diz que, a seu ver, falta um pouco de moralidade naquilo que vem do Poder Executivo para a Câmara Municipal, mesmo estando dentro da lei. Ressalta que o Executivo deve prestar contas, talvez, não à sociedade, e sim a Deus e a todos os órgãos competentes. Enfatiza o seu apoio a todas as comunidades e aos vereadores que as representam, mas afirma que não vota projeto de bola dividida, com relação ao qual não há respaldo legal nem foram feitas aferições técnicas mais profundas. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Destaca que é favorável a que todas as localidades de Cachoeiro tenham água tratada, que a administração municipal fomente o crescimento da cidade e que use corretamente os recursos públicos; porém, diz que não pode ser conivente com a distribuição desses recursos para um governo que não tem planejamento nem mostra quanto vai custar a obra. Declara que esse projeto está cheio de pegadinhas e que não vai resolver os problemas das comunidades; por isso, informa que não vai dar mais dinheiro a uma administração que, além dos 1 milhão e 500 mil reais já em caixa, terá mais 300 mil reais que não serão utilizados de forma correta. Registra que os vereadores já aprovaram esse recurso e ficou comprovado que a Prefeitura não soube executar os projetos. Lamenta que os projetos de lei do Executivo sejam mal instruídos e não demonstrem o que a administração deseja. Então, enfatiza que por mais que ame a ideia de levar água tratada às comunidades, como advogada e



empresária, que defende a boa aplicação do dinheiro público, precisa ter certeza de que os recursos entregues à Prefeitura serão utilizados para fazer a extensão da rede. Salienta que a Prefeitura tem de onde tirar recursos para a realização dessa obra, mas não faz isso, porque quer acumular verba para gastar com sabe-se lá o quê. / Prosseguindo, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 51/2020 – Poder Executivo** (Revoga a Lei 7.745, de 17 de outubro de 2019). / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que defira o seu pedido de vista ao Projeto de Lei 51/2020. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Repete que não acatou o pedido de vista. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Diz que é uma temeridade autorizar a administração a pegar sequer 1 real emprestado para investir sabe Deus em quê. Lembra novamente que chegou à Câmara projeto tratando do mesmo tema em 2017, 2018 e 2019 e, agora, o Poder Executivo alega que o Tesouro Nacional pediu para fazer outra alteração nessa lei. Critica o governo por querer que os vereadores aprovem um projeto que chegou hoje à Câmara e acrescenta que isso é falta de planejamento. Comenta que nenhuma pessoa séria chega a um banco e pede um empréstimo para o mesmo dia; portanto, frisa que o prefeito precisa ser responsável. Deixa claro que o Poder Legislativo age com responsabilidade e já fez o que podia com relação a esse projeto. Afirma que não é hora de autorizar a Prefeitura a pegar um empréstimo. Alerta que os vereadores acabaram de entregar para o Município mais 830 mil reais para complementar os quase 2 milhões de reais que já foram liberados para a Prefeitura. Pede vista novamente ao Projeto de Lei 51/2020 para que os vereadores possam analisá-lo melhor. Enfatiza que a Câmara não pode autorizar que a Prefeitura pegue esse empréstimo, já que a administração, por não ter planejamento, não sabe o que fazer com o recurso. Diz que o Município tem 22 milhões de reais para receber em emendas, mas muitas delas serão perdidas, porque não foram feitos os projetos. Então, pede aos vereadores que votem contra essa proposta para que a Prefeitura não pegue mais um empréstimo, comprometendo a receita do Município que, segundo informações, vai cair no próximo ano. Inclusive comenta que recebeu reclamações de que a Prefeitura aumentou o IPTU em Cachoeiro. Avalia ainda que esse empréstimo pode comprometer também o pagamento dos salários dos servidores, os recursos para administrar o Município e a execução das obras nas comunidades. Repete que a administração já pegou um empréstimo e que esse projeto autoriza a contratação de outro. Frisa que, enquanto o Poder Executivo tratar o Legislativo como cozinha, sem enviar para a Câmara os documentos necessários, os vereadores não serão respeitados. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Pergunta se esse projeto recebeu pelo menos o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Responde que não. Explica que o projeto está revogando uma lei e, segundo a mensagem do Executivo, devido à data, ele deve ser votado hoje e publicado no Diário Oficial de amanhã. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Lembra que, no dia da prestação de contas do prefeito, depois de quase uma hora de espera por parte dos vereadores, o líder do governo apresentou um documento solicitando que o chefe do Executivo pudesse se manifestar de outro local, e não de dentro da própria Câmara. Recorda que, na ocasião, disse que se sentia envergonhado devido ao resultado daquela votação. Garante que já sabe que o Projeto de Lei 51/2020 será aprovado, porque a oposição ao governo é minoria na Casa. Diz que os vereadores já haviam resolvido que os projetos sem os pareceres da procuradoria e da Comissão de Constituição não seriam votados. Comenta que poucos munícipes devem estar acompanhando a sessão, mas afirma que a população precisa saber quem tem o compromisso de fazer o debate dos projetos. Ressalta que esta Legislatura veio com a ideia de ser diferente, de que colocaria as coisas para funcionar e tudo seria feito às claras na hora da votação dos projetos. Menciona que o presidente e a Mesa Diretora têm dado total transparência às coisas da Casa. Entretanto, diz que, quando chega a hora da conveniência, sabe como funciona

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



a Câmara, inclusive avisa que serão três, quatro votos contra o projeto. Lamenta que não haja um debate de alto nível, pois a oposição poderia até perder a votação, mas a situação votaria tendo conhecimento do projeto. Alerta que alguém já deve ter ligado e dito que o projeto tem que ser aprovado. Assim, diz que a oposição vai ficar chorando, enquanto a situação tem as benesses dos cargos e das obras. Comenta que mais pessoas deveriam assistir à sessão para, depois, abordarem os vereadores que vão votar a favor desse projeto. Enfatiza que o prefeito é um incompetente por ter argumentado que, se esse projeto não for votado hoje, vai perder o prazo, e lamenta que isso tenha convencido os demais vereadores. Frisa que vai continuar a defender o que é certo, encarando as pessoas de frente e dizendo que não compactua com esse prefeito incompetente, que envia projeto na última hora para a Câmara. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Registra que vai discutir o projeto, mas não com a mesma veemência do Vereador Maitan, até porque não acha necessário fazer isso, assim como também não é preciso ficar remoendo esse assunto de oposição e de situação. Ressalta que foi dito que esse projeto chegou à Câmara em cima da hora, mas lembra que, há muito tempo, a Prefeitura vem buscando o empréstimo junto ao FINISA e, como foi destacado pela Vereadora Renata, a Câmara já votou outras propostas que tratam do mesmo tema, sendo preciso vencer várias barreiras de 2017 até hoje. Garante que essa é mais uma etapa e pode não ser a última, já que, talvez, esse projeto nem seja viabilizado. Então, salienta que dizer que a questão do FINISA saiu agora é uma leviandade, já que a lei a ser revogada tem cerca de dois anos. Defende esse projeto, porque há várias comunidades que estão na expectativa de receber obras através desse empréstimo, como os Bairros Gilson Carone, Aeroporto, entre outros. Inclusivamente destaca que algumas obras iniciadas no Bairro Gilson Carone já foram paralisadas por falta desse empréstimo. Comenta que o Vereador Maitan antecipou o voto de quatro colegas, que devem ser os mesmos que votaram contra essa matéria nas etapas anteriores. Deixa claro que há um grupo de vereadores imbuído em obter esse empréstimo para o Município. Frisa que defende o interesse da população cachoeirense que está ansiosa para que sejam feitas as obras de infraestrutura no Município. Avalia que não se pode achar que todas as ações da administração têm cunho eleitoral. Menciona que os vereadores devem pensar na população, e não na eleição que está se aproximando. Analisa que, com o tempo de mandato que resta, o Prefeito Victor não terá nenhum benefício com o empréstimo do FINISA e que o próximo chefe do Executivo é que vai entregar as obras iniciadas agora. / **Diogo Pereira Lube:** — Comenta que, com esse empréstimo, a próxima gestão terá dívidas a pagar. Diz que o problema é que não há garantia de que esse empréstimo vai ser revertido em obras para o povo. Discorda do Vereador Elio Carlos, pois esse assunto tem a ver com a eleição de cada um dos vereadores da Câmara. Cita que está sendo feita a defesa de um projeto que não recebeu os pareceres das comissões da Casa e não se sabe que mudança faz na lei. Pergunta se os vereadores vão entregar um cheque em branco ao Poder Executivo. Deixa claro que não fará isso para evitar que, depois, o contribuinte tenha que pagar essa conta. Menciona ainda que a arrecadação do Município vai diminuir e que o empréstimo será mais uma conta a ser paga. Lembra que votou contra o subsídio para o transporte por falta de transparência de como a Viação Flecha Branca iria usar esse recurso. Registra que, hoje, a Câmara vai autorizar o Poder Executivo Municipal, que não se planejou em quase quatro anos, a pegar um empréstimo para aplicar em obras no final do mandato. Frisa que seria usar de transparência se o Prefeito Victor pudesse explicar esse projeto aos vereadores, informando-os em quais obras aplicaria o dinheiro do empréstimo. Diz que essa matéria chegou de última hora e que um projeto é uma coisa; a revogação de uma lei, outra. Frisa que respeita a opinião dos vereadores, mas vai votar contra esse projeto. / **Delandi Pereira Macedo:** — Corroborando com as palavras do Vereador Elio Carlos, diz que esse projeto está na Câmara há algum tempo e que a maioria dos vereadores autorizou o Município a



pegar o financiamento na Caixa Econômica. Registra que fica assustado ao ouvir alguns vereadores dizerem que não sabem em que vai ser aplicado esse recurso, o que demonstra que os colegas estão na Câmara, mas não fazem o seu papel fiscalizador. Frisa que a finalidade desses recursos está inserida em todo o processo que já foi aprovado na Câmara. Enfatiza que, se o Poder Executivo assumir um compromisso que não lhe é devido ou aplicar os recursos onde não deve, a Câmara terá a obrigação de fiscalizar e abrir um processo contra o prefeito, a administração; além disso, lembra que existem os órgãos fiscalizadores que estão atentos a tudo. Informa que, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, há uma questão no projeto anterior aprovado que pode inviabilizar o empréstimo; então, diz que, em tempo oportuno, o Executivo está dando a chance de os vereadores acertarem essa situação para que a Prefeitura pegue um empréstimo no valor de 30 milhões de reais para a realização de investimentos em infraestrutura em Cachoeiro. Pergunta se isso é ruim para o Município. Ressalta que Cachoeiro é nota A para o Tesouro Nacional e pode pegar até 100 milhões de reais em empréstimo, porque tem condições de pagar. Afirma que tudo está sendo feito às claras pelo Executivo. Indaga como será dito, por exemplo, à população do Bairro Gilson Carone que a Prefeitura não vai pegar esses recursos, porque a Câmara não aprovou o projeto. Menciona que a arrecadação do Município caiu devido à pandemia e existe a possibilidade de o Município pegar esse empréstimo para fazer investimentos. Comenta que, talvez, nem seja o Prefeito Victor quem irá aplicar esses recursos, pois outra pessoa pode ser eleita, como a colega Renata. Deixa claro que esse recurso não é para ser colocado no bolso de ninguém e, se isso ocorrer, certamente essa pessoa irá para a cadeia, porque o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Câmara estão prontos para tomar providências. Frisa que não há nenhum indício de que exista roubo na Prefeitura, já que não foi protocolado sequer um processo na Câmara para a abertura de comissão de inquérito. Repete que os vereadores têm total conhecimento desse projeto que será votado, que revoga apenas uma lei que pode prejudicar o processo de financiamento. Solicita aos vereadores que aprovem esse projeto para que o Município consiga esse empréstimo para investir em infraestrutura. / **Elio Carlos Silva de Miranda (Secretário):** — Faz a leitura do parágrafo 2º da Lei 7.745/2019, que será revogado pelo Projeto de Lei 51/2020, o qual diz o seguinte: “Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à repactuação de que trata o artigo 1º, em caráter irrevogável e irretratável, a modo ‘pro solvendo’, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea ‘b’, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do parágrafo 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.” / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Registra que, diante dessa revogação, volta a valer o parágrafo 2º da Lei 7.574. Saliencia que os vereadores precisam entender o que vão votar. Destaca que os colegas podem não estar compreendendo o que significa, por exemplo, o termo “pro solvendo”, mas, como advogada, diz que entende. Frisa que a administração de Cachoeiro quer pegar 30 milhões de reais para aplicar em obras públicas e que já existem 22 milhões de reais garantidos para o Município, através de emendas parlamentares para essa finalidade. / **Antônio Geraldo de Almeida Costa:** — Comenta que seria interessante se todos os pré-candidatos assistissem às sessões para ver como o trabalho do vereador é sério e importante. Frisa que o desejo dos dezenove vereadores é atender às comunidades e representar a vontade popular. Ressalta que esse projeto é importante, porque sem dinheiro não se consegue fazer nada e sem planejamento o recurso desaparece rapidamente. Saliencia que os vereadores devem buscar o que é melhor para Cachoeiro. Registra que, como vereador, sabe que essa verba é importante para que a Prefeitura encaminhe as obras de infraestrutura necessárias em Cachoeiro; porém, fala sobre a sua dúvida quanto a votar a favor ou contra esse projeto, já que a administração municipal não lhe passa



confiança nem tem planejamento. Diz acreditar que quando os vereadores criticam ou defendem o Executivo o fazem devido aos interesses coletivos, e não pensando em si próprios. Lembra que votou a favor de um dos projetos anteriores que tratam desse empréstimo, mas, agora, se aproxima o período eleitoral, quando é preciso tomar muito cuidado. Recorda que foi dito que, se houver desvio de verba, a pessoa irá presa, mas isso é complicado, porque no Brasil há esquemas desde que o País foi descoberto. Relata que a situação dos vereadores não é confortável, pois quebram a cabeça para saber o que é melhor para a coletividade. Repete que esse empréstimo é importante para o Município fazer as obras de infraestrutura, mas, se for utilizado para fazer política, de nada adiantará para a população. Analisa que muitos querem ocupar a cadeira de vereador, mas deixa claro que isso deve ser feito com bastante responsabilidade. / **Elio Carlos Silva de Miranda (Secretário):** — Comenta que o Projeto de Lei 51/2020 revoga o parágrafo 2º da Lei 7.745, que já havia sido alterada pela Lei 7.574. Então, procede a leitura do parágrafo 2º da Lei 7.574, que diz o seguinte: “O Poder Executivo fica autorizado a vincular como contragarantia à garantia da União à operação de crédito de que trata esta lei, a modo ‘pro solvendo’, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea ‘b’, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do parágrafo 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.” Segue registrando parte do parágrafo 2º da Lei 7.745, que diz o seguinte: “Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à repactuação de que trata o artigo 1º, em caráter irrevogável e irretroatável...” Então, registra que apenas esse último trecho citado foi mudado de uma lei para a outra. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Ressalta que isso traz prejuízo para Cachoeiro, porque estão sendo retiradas as garantias que o Município teria no contrato. Salienta que a população precisa de obras, mas também de garantias de que elas serão executadas. Registra que esse projeto vem se arrastando desde 2017 e essa mudança está retirando a proteção do Município; então, diz que não pode votar a favor de um projeto que vai prejudicar Cachoeiro. / Posto em votação, o **Projeto de Lei 51/2020**, acima descrito, **foi aprovado** por treze votos contra três do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Bastos Rodrigues, Allan Albert Lourenço Ferreira, Antônio Geraldo de Almeida Costa, Brás Zagotto, Delandi Pereira Macedo, Edison Valentim Fassarella, Elio Carlos Silva de Miranda, Ely Escarpini, Paulo Sérgio de Almeida, Rodrigo Sandi, Sílvio Coelho Neto e Wallace Marvila Fernandes. **Votaram contra:** Alexandre Valdo Maitan, Diogo Pereira Lube e Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. / **Seguem justificativas de voto:** / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Justifica que votou contra esse projeto, porque não pode criar mais despesas para o Município sem a garantia da entrega das obras. Acrescenta que a administração tem 22 milhões de reais empenhados no SICONV, que é o Sistema de Convênios, mas não apresenta os projetos para a utilização desses recursos. Pergunta como vai dar mais 30 milhões de reais, pagando juros altos, para uma administração que não conseguiu instalar um ponto de ônibus na cidade, com uma verba que já estava disponível para essa finalidade. Afirma que não vota a favor de nenhuma autorização para que a Prefeitura pegue sequer 1 real na rede bancária, inclusive lembra que o prefeito informou que a receita do Município deve cair quase 80 milhões de reais. Frisa que o prefeito não foi competente para pegar um financiamento autorizado pela Câmara desde 2017. / **Diogo Pereira Lube:** — Deixa claro que não é leviano nem populista e também não defende o coronelismo nem os discursos efusivos em nome da proteção do povo. Salienta que, na Câmara, isso é uma forma de superproteção ao Executivo Municipal. Frisa que a função do vereador é fiscalizar o Executivo, e não o proteger. Comenta que os seus diplomas de cientista político e de historiador lhe dão cabedal para dizer que, infelizmente, o Município vive a velha política, com votação, às 19:30 horas, de um projeto sem

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



pareceres da procuradoria e da Comissão de Constituição. Diz que a sessão está sendo gravada e que vai sair da Câmara com a consciência tranquila, pois faz o seu papel de vereador, que é fiscalizar o Executivo e proteger a população. Menciona que respeita os votos dos demais vereadores, que analisaram os projetos. Destaca que não há nenhum leviano na Câmara, mas que é preciso deixar de lado os discursos populistas inflamados. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Explica que no processo legislativo existem a preliminar e o mérito. Então, diz que foi superada a parte preliminar, que é o debate, e, quanto ao mérito, concorda com o Vereador Elio Carlos no sentido de que os municípios recebam as obras. Deixa claro que nenhum vereador é contra que o Município receba recursos para fazer obras para a população. Registra que a maioria venceu e diz esperar que esse prefeito ou o próximo faça bom uso desse recurso e que a população seja contemplada com as obras. Frisa que defendeu o seu ponto de vista, mas que é a maioria dos vereadores que define o que será feito. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Comenta que o Vereador Maitan disse que o processo legislativo tem a preliminar, que é o debate, e o mérito, que serão os benefícios recebidos pelas comunidades. Frisa que os vereadores vão fiscalizar cada centavo desse recurso para saber como a Prefeitura vai empregá-lo. Lembra que fez um pedido de informação ao Executivo para saber quais bairros e ruas vão ser contemplados com obras executadas com esse recurso. Justifica que votou a favor desse projeto, porque percorre os bairros e distritos e sabe que Cachoeiro precisa de obras de infraestrutura. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Explica que o seu voto foi baseado e fundamentado no discurso do secretário de Obras, que disse que muitas obras estão paradas em Cachoeiro na dependência desse financiamento, como as do Bairro Gilson Carone. Diz acreditar que esse empréstimo não sairá neste mandato, mas, se tudo der certo, muitas obras serão feitas no Bairro São Francisco de Assis. Frisa que é dever dos vereadores fiscalizar a aplicação desse recurso e que, independente de ser da base do governo ou não, todos querem o melhor para Cachoeiro. / **Antônio Geraldo de Almeida Costa:** — Registra que a administração de Cachoeiro o decepciona, como cidadão, desde 2017. Então, pede ao governo que não decepcione mais a sua confiança nesses últimos quatro meses de mandato. Solicita à administração que olhe a Câmara com mais carinho, inclusive frisa que o Presidente Alexon se esforçou muito para colocar esse projeto em votação hoje. Repete que a administração não conversa com os vereadores. Justifica que votou a favor do projeto pelo povo e que espera não se arrepender do seu voto. / **Rodrigo Sandi:** — Saliencia que a atual Câmara é composta por vereadores de alta qualidade que, hoje, estão dando mais uma oportunidade ao Executivo de fazer o que não conseguiu durante todo o mandato. Comenta que esse empréstimo vai ajudar a administração a deslanchar e fazer obras de infraestrutura nas comunidades. Menciona que sairá da Câmara, hoje, com a sensação do dever cumprido, pois votou a favor desse projeto para que o prefeito e os secretários atendam os bairros e distritos de Cachoeiro. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Ressalta a importância dos vereadores para uma boa administração do Município, mesmo que muitas pessoas não achem isso. Diz-se orgulhoso dos dezenove vereadores que fizeram a parte que cabe à Câmara Municipal. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião Virtual, lavrada e assinada por Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas, Redatora de Atas.